

EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO NO PENSAMENTO DE PIERRE BOUDIEU E PAULO FREIRE

Cleiton Santos Nunes*
Maraisa Silva Mascarenhas**

A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência.

THEODOR W. ADORNO

RESUMO

Um fato que vem aguçando o pensamento de educadores nesta atualidade é a questão de se pensar uma proposta educacional que permita ao indivíduo emancipar-se diante de todas as contradições presentes nas estruturas sociais, estabelecidas e camufladas frente aos interesses de uma classe dominante, que dissimula as relações instituídas neste contexto. Mas para a efetivação de uma *práxis* educativa que tenha como fundamento a emancipação é necessário que o educador e o educando possam posicionar-se criticamente junto a sociedade em uma perspectiva política de contestação e resistência rompendo ao comodismo alienante e passivo que mantém o *status quo* opressor. Tomamos como base o pensamento dos autores Pierre Bourdieu e Paulo Freire, para estabelecermos uma análise reflexiva a respeito da situação social da educação frente à desumanização disfarçada no ambiente escolar. A teoria de reprodução social no contexto educacional como percebida por Bourdieu e Freire, possibilita um repensar acerca das condições objetivas e subjetivas que possam embasar uma *práxis* educacional emancipadora.

Palavras- chave: Educação. Emancipação. Sociedade.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uso de determinadas categorias criadas por Pierre Bourdieu ao descrever os mecanismos estabelecidos através das trocas simbólicas, e o pensamento de Berger e

* Graduando do curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do grupo de pesquisa: Ética e Educação em Kierkegaard e Paulo Freire e Cinema e Audiovisual: memória e processos de formação cultural, ambos coordenados pelo professor pós-doutor. Jorge Miranda de Almeida. E-mail: ns_zeus@hotmail.com

** Pedagoga. Especializanda em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: mara.mascarenhas@bol.com.br.

Luckmann na obra **A construção social da realidade** onde os autores defendem a tese de que a realidade se constrói socialmente, para expressar as condições objetivas de vida de um determinado grupo social, que nos dão base para pensar uma educação constituída no ambiente social e a partir dele e das pessoas que o compõem.

Foi no pensamento do educador brasileiro Paulo Freire que encontramos o conceito conscientização como forma de efetivação da emancipação ou como coloca o educador libertação. Para Freire a realidade não é acessada pelos indivíduos em primeira instância de forma consciente e crítica, pois a forma como esta pessoa atribui significado ao mundo que o engloba é feita de maneira sensorial e muitas vezes limitada em relação ao seu significado aparente, para em um segundo momento assomar-se uma posição crítica e reflexiva. No entanto muitos dos indivíduos não ultrapassam este momento sensível, simplesmente evidenciando a experiência sensorial do conhecer e tornando-se uma grande parte das vezes reféns destes mesmos sentidos. Este processo consciente do conhecer, segundo Freire ainda não é conscientização e muito menos permite a construção de emancipação social, para ele a conscientização tem como fundamento a ação e reflexão dos indivíduos, ela é também um compromisso histórico-político-social, através do qual as pessoas podem assumir o papel singular de ressignificar e reconstruir o mundo dentro de uma relação dialética e dialógica consciência-realidade.

Completando tal pensamento o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu nos oferece aporte para a defesa da ideia de que as sustentações dos discursos teóricos produzidos nas academias, só obterão verdadeira validade se tiverem acento em uma metodologia empírica e dialógica onde a investigação política e subjetiva dos indivíduos em sua dimensão humana assumam um lugar de destaque nas evidências apresentadas pelo fenômeno social. Sem distinção de sobreposições, o autor conduz seu pensamento a partir de deduções que se estabelecem nas relações entre concepções teóricas e realidade social, sem desprezar os acontecimentos e ocorrências que se efetivam no aqui e agora da vida em sociedade.

Assim, o conceito de sociedade que embasa este ensaio leva em consideração que a realidade se constrói socialmente e que os indivíduos nela inseridos não são determinados por ela, mas co-criadores e é a partir dela que as pessoas constroem as condições objetivas e subjetivas de sobrevivência dentro e fora do espaço educacional instituindo inúmeros campos de luta política e transformação social. Conduzindo o indivíduo a perceber que a realidade é construída pelo ser social em um determinado local e tempo histórico. A realidade não se apresenta previamente estabelecida à pessoa humana enquanto construtora e constituinte da realidade, mas é sempre passível de transformação.

Paulo Freire completa tal pensamento, afirmando:

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico. (FREIRE, 1979, p. 16)

Diante deste pressuposto, este ensaio pretende discutir a condição de passividade em que muitas vezes a escola coloca os indivíduos levando-os a aceitar uma realidade desumana e opressora como condição para o seu existir, negando a estes a possibilidade de transformação da sociedade em um lugar mais digno, bonito, ético e humano bem como a de construir a utopia como um sonho possível.

A ESCOLA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O Estado responsável pela organização das regras que regem a sociedade tem assumido um papel de subserviência diante do capital, permitindo que o mercado delibere sobre as prerrogativas que considera importante para o destino dos indivíduos de determinada sociedade. Diante deste fato não seria o estado hoje mero cumpridor de funções do capital? As políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro rompem com o modelo neoliberal ou reforça e sustenta uma concepção de educação técnica e instrumental? O poder público brasileiro tem a responsabilidade de viabilizar a educação básica para toda a sociedade como um direito constitucional, educação esta que possibilite o pleno desenvolvimento das pessoas, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho permitindo-lhe o desenvolvimento crítico e a liberdade de refletir e fazer escolhas na sociedade em que vive. A questão fundamental que se pretende investigar é se a concepção que os técnicos da educação brasileira têm da educação permite contribuir para a construção e emancipação da pessoa humana enquanto indivíduo portador de direitos e deveres, de justiça social e de dignidade humana.

No entanto, como poderia a escola brasileira cumprir o papel de transformar se ela, literalmente, reproduz a mão de obra necessária ao funcionamento do mercado? A escola, ainda hoje, não cumpre o papel de reproduzir as desigualdades? A escola continua sendo o lugar de controle? Como a escola pode ser livre se a imbecilização e a ostentação acontecem no interior do seu espaço? Não estaria certo Marx ao afirmar que a escola é por excelência o reproduzidor da ideologia dominante? Estes e outros questionamentos inquietam o pensamento dos pesquisadores, ao discutirem emancipação.

No decorrer desta pesquisa, foi constatado que as concepções teóricas e os princípios que direcionam e sustentam a ideia de que “a educação é direito de todos e dever do estado” como previsto na Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases, pelo fato de se tratar de concepções instituídas distantes do campo social das pessoas que utilizam o sistema educacional, tendem a se apresentarem apenas como uma previsão capaz de ser compreendida como direito e até mesmo obrigação, mas não se apresenta inserida com os mesmos perfis de liberdade.

Norberto Bobbio ao dispor sua ideia de igualdade e liberdade, faz uma distinção clara entre liberdade de agir e liberdade de querer e afirma que é possível distinguir as duas formas de liberdade a partir dos indivíduos envolvidos com processo. E esclarece que: “a liberdade negativa é uma qualificação da ação; a liberdade positiva é uma qualificação da vontade” (BOBBIO, 1997, p. 52-53). O autor chama atenção que quando se diz que é livre no sentido de qualificação da ação, quer dizer que uma determinada ação do indivíduo não vai ser, ou não é “obstaculizada” por outro, nesse caso a pessoa pode realizá-la. Toda via quando se diz que é livre no sentido de qualificação da vontade, o indivíduo esta a dizer que é livre em relação ao seu querer, de maneira que o seu querer não pode ser determinado pelo querer do outro ou por forças alheias ao próprio querer dos outros.

Toma-se aqui como referência a concepção de liberdade de Norberto Bobbio e Paulo Freire para construir um quadro de análise dos argumentos expressos nos dispositivos legais que dão sustentação a educação brasileira, e as concepções teóricas adjacentes ao arcabouço legal expressos na Constituição brasileira de 1988, Estatuto da criança e do adolescente– ECA e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, para demonstrar que as concepções expressas nesses contratos estabelecidos entre o Estado e a Sociedade, não são capazes de garantir uma prática educacional humanizadora quando se trata de educação e emancipação.

Ao tomamos como base o pensamento dos autores para estabelecemos uma análise reflexiva e considerações a respeito do problema, se faz necessário destacar que Bourdieu estabelece suas teses tomando como referência entre outras três categorias básicas por ele desenvolvidas que se desdobram para melhor compreensão dos fenômenos produzidos pela sociedade. São elas *Habitus* enquanto matriz geradora de concepções, comportamentos e modos de ver o mundo; *Campos* conceito que complementa a ideia de habitus, por se apresentar como espaço próprio para as ocorrências de relações entre os indivíduos isoladamente e grupo de indivíduos que se identificam coletivamente; e *Capital Cultural*

enquanto aprendizado introjetado e ou aprendido pelos indivíduos e grupos de indivíduos na sua relação com o espaço cultural.

Para Bourdieu o *Habitus* sempre irá se apresentar entre os indivíduos na condição de matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade. Ele defende a ideia de que os habitus sociais não são construídos isoladamente, são gerados e aprendidos dentro do contexto social e incorporados e desenvolvidos na trajetória histórica dos indivíduos e tendem a se fixar como uma espécie de matriz do pensamento social, e como tal tendem a voltar e se exteriorizar através das várias práticas socioculturais que vão desde a postura corporal até os gostos e formas de ver o mundo. Ele explica que os *Campos* por se estabelecerem como espaços estruturados possuem leis próprias que se apresentam como gerais, e duráveis, as posições das pessoas e grupos sociais se estabelecem com base nos níveis de propriedade e por conseguinte posições que as pessoas ou grupos sociais ocupam.

È com base nestes conceitos que a depender do conhecimento adquirido pelos integrantes de um determinado *Campos* é que as lutas sociais vão se estabelecer. De maneira que é esse conhecimento adquirido em função do *Habitus*, que poderá lhes servir para luta pela sobrevivência política e sócio-cultural. São os conhecimentos adquiridos que permitem a os indivíduos e grupos sociais questionar a realidade, ou interpretar e como a mesma se situa em um determinado tempo e espaço social.

Assim a concepção de Bourdieu de *Capital Cultural* tem relação direta com o que o indivíduo aprende no espaço cultural e educacional, sendo a partir desses aprendizados que os indivíduos têm a possibilidades de usufruir de “lucros” no que se refere ao sucesso social.

A escola é um dos espaços propícios para a produção de *Capital Cultural*, todavia a construção do mesmo não se dá inicialmente na escola, se dá no processo de socialização que os indivíduos estabelecem no seio familiar, o interior da família é assim o primeiro espaço de socialização e como tal o indivíduo recebe como herança o *Capital cultural* apresentado pela trajetória histórica da família. È a partir desse capital que as pessoas vão gerar lucros traduzidos em sucesso no seio social, Bourdieu ao descrever como se estabelece o poder simbólico, na sua obra **O Poder Simbólico**, entre os campos sociais, ajuda analisar esse fenômeno quando orienta através de sua teorização que deve sempre ser levado em consideração; quem produz o discurso, quem faz uso do discurso e a quem serve efetivamente este discurso por entender que as condições sociais daqueles que produzem os discursos são tão importantes quanto à “posição social” de quem usa ou usufrui do discurso produzido.

O que nos leva a crer que as proposições e argumentações expressas nos textos legais que subsidiam e sustentam a ideia de educação da população nacional, nas propostas curriculares, nas cartas, convenções, e outros modos de expressar intenções, não podem ser encarados apenas como resultado da posição social de quem emite os discursos de que a educação é direito de todos e deve ser universalizada. Muito pelo contrário tais proposições, também são frutos das múltiplas determinações e interesses, que transitam nas várias esferas da sociedade.

A partir das concepções exposta através do modelo teórico de Bourdieu nos cabem as seguintes indagações: Seria possível afirmar que os elementos de disputas da educação se distanciam dos elementos de disputas constituídos pelo Estado como mediação dos processos educacionais?

O que pode ser facilmente constatado é que o sistema educacional se apresenta como necessidade de sobrevivência econômica. De maneira arbitrária o tal sistema, através das instituições de ensino na sua trajetória histórica se constituíram e se constituem em campos sociais, com suas crenças baseadas em determinados tipos de saberes e conhecimentos, distantes dos saberes e conhecimentos adquiridos pela população. As escolas tendem a alimentar no seu interior conhecimento e saberes que por não fazerem parte do repertório de conhecimentos e saberes apresentados por crianças, os mesmo se apresentam como uma espécie de “poder simbólica” como caracterizada por Bourdieu, na referida obra **O poder simbólico**, se distanciando dos saberes e conhecimento da população de pessoas que a escola pretende atender.

O pensamento de Bourdieu é enfatizado por dois motivos básicos, primeiro porque Bourdieu em todos os seus estudos sempre se preocupa em enxergar o espaço social com toda sua complexidade, sem sobrepor um campo de luta política sobre o outro. Segundo porque ele nos distancia da possibilidade “*do habitus*” de fazer análises fragmentadas de um problema educacional isoladamente, para nos conduzir a uma análise sociológica dos problemas da educação, tomando como base a sociologia da educação.

Para Bourdieu os *Campos* efetivam a interiorização do que está externo, enquanto que o *habitus* exterioriza o que está internalizado, dentro de uma perspectiva dialética, para ele o *Campo* forma *habitus*, da mesma maneira que os *habitus* formam *Campos*, nesse sentido o campo econômico não sobrepõe o campo cultural, nem vice versa, com essa perspectiva de pensamento o olhar que devemos ter sobre as relações sociais devem ultrapassar as relações entre as classes econômicas, mesmo porque as relações sociais não expressam a realidade diante do conjunto de objetividades e subjetividades não explicitas a um primeiro olhar.

O olhar mais apurado pode possibilitar perceber que além dos campos terem suas próprias regras, sua autonomia é sempre relativa, pois em cada campo estão envolvidos vários agentes. Com essas explicações Bourdieu desconstrói a idéia de “Don”, ou seja, a possibilidade de uns terem sucesso em determinadas atividades culturais e outros não. Bourdieu com essa perspectiva tenta explicar as relações sociais estabelecidos no campo educacional através da escola. E dessa forma é possível e extremamente pertinente estabelecer um diálogo entre o pensamento de Bourdieu e o de Paulo Freire onde pode se afirmar que a imposição das regras e costumes dos dominadores constitui-se como fenômeno social e cultural, assim uma ação cultural e emancipadora deve permitir aos indivíduos a autenticidade através da qual este possa enfrentar culturalmente esta dominação. Segundo Freire “Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles.” (FREIRE, 1967, p. 44)

A ação cultural e a revolução cultural como descrita por Freire deve superar os valores estabelecidos pelo capital cultural da classe dominante valorizando o campo de luta política e social dos oprimidos, pois ao constituírem diferentes momentos do processo de libertação como um *habitus* de emancipação é que permitirá aos educandos a descoberta dos vários *Campos* de opressão entrelaçados em seu imaginário e exteriorizados em sua própria cultura através de muitos de seus costumes e da desvalorização do seu *Capital Cultural*, e a partir desta identificação emancipar-se deles para construir de forma autêntica novos *Campos* e *Habitus* libertadores.

O SISTEMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E A ESCOLA

Em sua obra **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, escrita em parceria com Jean-Claude Passeron, Bourdieu estabelece uma crítica à escola francesa, que se estende aos demais sistemas educacionais ao entender que a escola reproduz desigualdades sociais, ao contribuir para perpetuação das diferenças sociais.

Fica evidente que o discurso de igualdade estabelecido pela escola enquanto parte integrante dos sistemas educacionais, garantindo de que a escola deve ser de acesso a todos, e que a mesma estará comprometida com o desenvolvimento de potencialidades humanas ao invés de garantir a igualdade tende a dissimular a reprodução de valores sociais

Na obra citada acima Bourdieu toma como base análises empíricas em relação aos processos de seleção social e de interiorização cultural da escola francesa e denuncia os sistemas de ensino que fazem uso da escola e através dos métodos de ensino, asseguram a

continuidade dos privilégios culturais ao reproduzir as relações de classes presentes na sociedade.

E com base nessa experiência estabelece quatro grandes teses que dentro de uma lógica peculiar ao pensamento de Bourdieu se desdobra em sub-teses:

A primeira é de que toda ação pedagógica tem inserida no seu interior uma espécie de violência simbólica, que distante de qualquer perfil de violência física impõe arbitrariamente a imposição de um grupo ou classe a outro grupo ou classe social. Trata-se de um tipo de imposição que mascara as forças estabelecidas nas bases do poder de quem impõem.

A ação pedagógica é para Bourdieu, uma ação objetivamente estruturada, é uma violência simbólica porque impõe um arbitrário cultural, ou seja, impõe uma concepção cultural dos grupos e classes dominantes e esta imposição tem no sistema de ensino um de seus sustentáculos. Nesse sentido a pedagogia apesar de prever objetivos óbvios para a formação do indivíduo caracterizado como educando, cumpre os seus enunciados, pois uma de suas responsabilidades é a interiorização de valores, normas e comportamentos de um grupo para outro grupo e, por conseguinte aplicar sanções, simbolicamente instituídas que violentam os dependentes das ações pedagógicas

Para Bourdieu, a chance de cada indivíduo é determinada pela sua posição dentro do sistema de estratificação, cabe nesse caso aos sistemas de ensino, a dupla função: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes.

O que é caracterizado como ação pedagógica, como parte integrante do trabalho pedagógico é um conjunto de imposições que de maneira arbitrária e sistemática interioriza nos indivíduos modos e formas de vida, modos e formas de ver o mundo, dentro de uma lógica de princípios culturais. Assim um tipo de consciência passiva é constituída nos educandos em meio aos muros da escola moldando a realidade neste tipo de sistema com um viés de extrema dependência, ou melhor, moldam uma consciência culturalmente e socialmente condicionada por uma classe dominante.

Completando este pensamento afirma Freire;

Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à escravização das consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Porque, pelo duplo mecanismo da assimilação, ou melhor, da introjeção, a pedagogia que impõe-se às classes dominadas como “legítima” – como fazendo parte do saber oficial – provoca ao mesmo tempo o reconhecimento por parte das classes dominadas da “ilegitimidade” de sua própria cultura. Encontra-se, assim, ao nível da educação, esta “alienação da ignorância” com a qual Paulo Freire tem freqüentemente experiência em suas investigações: o pobre absolutiza sua própria ignorância em proveito do “patrão” e “daqueles que são como o patrão”, que se convertem em juizes e garantidores de todo saber. (FREIRE, 1979, p.39)

Deste modo, a opressão social e educacional vivida pelos indivíduos encontra guarida na perspectiva do sistema escolar contemporâneo, um instrumento para que permaneça o estado de opressão e desumanização e sob pretexto de integrar as pessoas a sociedade por meio de uma ação pedagógica contribui para legitimar a distancia entre as classes sociais.

Bourdieu e Passeron (1982) apresentam uma visão histórica da sociedade e do homem, fazendo uma análise crítica da sociedade capitalista.

Tomamos como empréstimo o discurso de Bourdieu sobre a economia das trocas simbólicas para provocar inicialmente nossas próprias dúvidas e, por conseguinte reflexões, e ampliar nossas dúvidas e indagações.

O que parece ter ficado evidente é que o mito da educação sistêmica, mesmo se deslocando de lugar – da escola oficial para os programas de reparações sociais – não consegue se estabelecer como estruturante da realidade emancipadora.

Bourdieu chama atenção que cada vez que nos afastamos das produções simbólicas das sociedades temos dificuldades de entendê-la. E nos alerta que “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se faz” (BORDIEU, 2007, p.40).

O que leva a crer que as estruturas dos sistemas educacionais até se estabelecem como espaços de saberes e conhecimentos, todavia estão distantes de intervir ou colaborar com a trajetória social de emancipação, ou mesmo nas perspectivas econômicas e desejos materiais das pessoas. A escola parece haver perdido a sua função de inserção social pelos limites de sua intervenção nas vidas dos indivíduos, seja pelos limites de efetivação de suas crenças e verdades, quanto pelos limites da aplicação de seus conhecimentos na realidade concreta vivida pelas pessoas envolvidas com o processo.

A EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL DO EDUCANDO EM PAULO FREIRE

Em meio a uma estrutura social que se constitui como classista e exploratória, diariamente moldando o pensar dos indivíduos, fazendo-os objeto dócil de dominação e negando a sua condição de humano, a emancipação político-social e educacional deve constituir-se como combustível que mova a esperança de libertação de uma opressão cruel e desumana imposta a uma determinada classe. Diante disso, a pergunta que deve ser feita, com base em uma *práxis* educativa e emancipadora é então, como transformá-la? Para Paulo Freire, uma educação que tenha como viés a conscientização dos educandos-educadores, o

engajamento político, a denúncia das estruturas desumanizantes por parte dos oprimidos e a valorização de uma ética universal do ser humano que em seu bojo está a serviço do *status quo* vigente, são características indispensáveis para se ousar tal transformação, ou nas palavras de Paulo Freire ousar *ser mais*.

Nesse sentido a educação de que precisamos deve ser capaz de construir humanidade através da efetivação de um processo educacional libertador, crítico e subjetivo, permitindo o diálogo como forma de construção do conhecimento e valorização dos saberes individuais. Excluindo os variados modelos de educação que entende o processo de ensino aprendizagem como depósito e acúmulo de conhecimentos e o educando como recipiente vazio pronto para ser preenchido com conteúdos, regras e fórmulas.

A partir dessa necessidade de humanização, afirma Freire:

A “luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 2005, p. 32)

O educador brasileiro nos leva a refletir acerca da mudança deste quadro alienador e injusto, o qual se estabelece dentro da nossa sociedade atual, permitindo através de seu trabalho humano-pedagógico-político e social entender a necessidade do despertar de uma consciência crítica nas pessoas para o fato de que não somos seres determinados, mas seres de liberdade, assim Freire em sua busca incessante pela denúncia de uma estrutura social que desumaniza as pessoas, buscou anunciar a boniteza da vida e o inacabamento das pessoas rechaçando os vários discursos deterministas vinculados pela classe opressora, nos quais a idéia central é que a sociedade é assim mesmo e que não pode ser modificada.

Freire insistiu veementemente em denunciar as estruturas desumanizantes existentes em nossa sociedade, por entender que os oprimidos ao despertarem de sua situação de opressão que é tida como condição dada e imóvel despertará para uma construção social perfeitamente superável, pois segundo ele é necessário que o oprimido libertando-se de sua situação de opressão liberte também o opressor, que não se percebe cativo da exploração promovida por ele e não tem nenhum interesse em perceber.

Ao observarmos ligeiramente as escolas brasileiras, é possível perceber um silêncio nos espaços onde deveriam acontecer calorosas discussões, no entanto falar, em um sistema que oprime falar/questionar é um ato de rebeldia, sujeito a punições. Estaria certo então o educador Moacir Gadotti, ao afirmar que “A educação para a fala, para a formação do orador

(no sentido daquele que defende seus direitos), seria um suicídio para a sociedade opressiva.” (GADOTTI, FREIRE e GUIMARÃES, 1995, p. 90)

O processo de humanização das pessoas através da estrutura educacional perpassa pela conquista da conscientização dos alunos, através do qual estes envolvidos em um processo de alfabetização política como possibilidade de leitura de sua realidade tomam como base a sua experiência para o entendimento da sociedade e o domínio da palavra como instrumento de poder, nesta perspectiva afirma Freire, “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2005, p.89). Mas, o que Freire entendeu por palavra? Palavra é o ser humano transformando em diálogo, palavra é a comunhão com o outro como testemunho e doação e, conseqüentemente, como existência, porque existir “humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2005, P.90) porque não é no silêncio que os homens se fazem e sim na ação reflexão.

A CONCIENTIZAÇÃO ENQUANTO FORMA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL EM PAULO FREIRE

A realidade não é acessada pelos homens em primeira instância de forma consciente e crítica, pois a maneira como esta pessoa atribui significado ao mundo que o engloba é feita de maneira sensorial e muitas vezes dissociada de significado aparente, para em um segundo momento assomar-se uma posição crítica e reflexiva. Dessa forma o indivíduo aproxima-se da realidade em um primeiro momento e muitos não ultrapassam este momento, simplesmente evidenciando a experiência do conhecer. Este processo consciente do conhecer, segundo Freire ainda não é conscientização:

A conscientização enquanto ato de emancipação tem como fundamento a ação-reflexão dos indivíduos, ela é também um compromisso histórico-político-social, através do qual as pessoas podem assumir o papel singular de ressignificar e reconstruir o mundo dentro de uma relação dialética e dialógica consciência-realidade.

Esta realidade desumanizante não pode ser transposta, a menos que o existente descubra que é modificável e que ele pode fazê-lo, ou seja, emancipar-se dela. É necessário fazer do processo de conscientização a base para a educação, e que esta tenha como atitude crítica gerar uma ação de reflexão que permita ao indivíduo comprometer-se com a transformação do meio em que esta inserido.

Assim nas palavras de Paulo Freire:

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. (FREIRE, 1979, p.16)

Na possibilidade de agir diante das contradições apresentadas aos indivíduos este encontra a possibilidade de realizar-se enquanto seres humanos dignamente no mundo, permitindo a eles não apenas o ajustamento e adaptação ao sistema, mas integrar-se a ele e transformá-lo, até porque não existe processo de emancipação fora da comunidade onde essa singularidade está inserida.

Diante desta mediocridade como se apresenta a sociedade, as pessoas acomodam-se pelo fato de não precisar decidir os rumos de sua vida, e da mesma forma não ser responsável pelas decisões, sendo dirigido por outrem dócil e inquestionavelmente.

A educação em todos os seus níveis deve se apresentar de forma audaciosa e arriscada de emancipação social em sua tarefa de problematizar com o povo à reflexão sobre si mesmo e o poder que carrega individualmente e coletivamente, compreendendo que no seu inacabamento é capaz de criar cultura e assim modificar uma estrutura classista, desumana e opressora que insiste na exploração.

Freire sugere que a educação deva:

[...] desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo a sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha. (FREIRE, 1979, p.39)

Assim, Paulo Freire propõe uma educação que esteja comprometida com a efetivação da emancipação político-cultural e social dos indivíduos e que através deste processo este possa encontrar a verdadeira e autêntica humanização. É por isso que a educação é possivelmente a mais importante, dignificante e perigosa ação humana, por isso o investimento de Paulo Freire em seu conteúdo político-revolucionário e o seu fiel testemunho como a educação sendo a possibilidade de transformação das estruturas sociais, pois ela pode contribuir tanto para tornar o educando responsável pela efetivação de si mesmo quanto para torná-lo um mero reproduzidor do sistema.

CONCLUSÃO

Toda e qualquer prática educacional pressupõem um embasamento teórico por parte do educador, e é a partir deste arcabouço teórico que é possível perceber a concepção dos seres humanos e do mundo que este tem e daí o direcionamento da sua prática político-educativa. Este processo de orientação do educador quanto aos indivíduos e a humanidade que os compreende não pode ser compreendido de uma ótica meramente subjetivista, nem tão pouco de uma visão puramente objetivista. Assim a orientação pedagógica dos educadores deve contemplar uma unidade dialética e dialógica entre as perspectivas do ponto da subjetividade e da objetividade para a construção dos saberes que permitam a efetivação de leituras críticas da realidade. As formas como a opressão e o quietismo se estabelecem em nossa sociedade não possuem elementos que conduzam a emancipação dos indivíduos. Nas sociedades como a que vivemos que são direcionadas pelos interesses de uma classe dominante e opressora a educação como prática da liberdade, é entendida como subversão a ordem estabelecida e por sua vez combatida como perigosa. Tal pensamento nos leva a rever um conceito apresentado por Paulo Freire a pedagogia do oprimido que se constitui não uma pedagogia criada para salva-lo, mas uma pedagogia que saia dele mesmo e que lhe permita a emancipação da situação de opressão em que é muitas vezes refém. Dessa forma este ensaio compreende os educandos na condição de pessoas conscientes e pensantes e que já passou da hora dos indivíduos enquanto seres do devir, de abandonar este “[...] anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado” (FREIRE, 1967, p. 43), negando a condição apresentada de objetos, mercadoria, cliente ou apenas coisas e números, para a busca de uma educação como prática para a liberdade, políticas públicas que se efetivem enquanto ação emancipatória de desenvolvimento social para todos e não apenas para uma minoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 2007.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. 3º Ed. Ediouro Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: 03/11/2011.

_____ **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____ **Ação Cultural para Liberdade**. Rio de Janeiro: 5ª Paz e Terra Editora, 1967.

_____ **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____ **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: 12ª Paz e Terra Editora, 1986.